

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA – 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIRGINÓPOLIS/MG. Aos 19 (dezenove) dias do mês de fevereiro de 2019, as 19:00 horas, em nome de DEUS, foi declarada aberta a sessão, com número regimental, presentes os seguintes vereadores: *Alex Batista Coelho, Marcos Evangelista Filho, Ed'Carlos Gomes da Silva, Eduardo Nunes Gonçalves, Giovanni Campos Coelho, Laudicéo José de Oliveira, Maria Ângela Coelho de Magalhães e Wesley Mauricio de Souza*, com ausência justificada do Vereador *Josué Arruda dos Santos*. Dando início a reunião conforme item 1º da pauta, apreciação, discussão e votação em 2º (segundo) turno do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº: 01/2019 que “*Altera o Art. 75 da Lei Orgânica do Município de Virginópolis e dá outras providências*”. Inicialmente, nos termos do Art. 90, inciso I, alínea “a” da Lei Orgânica do Município foi procedido a leitura do Parecer emitido pela Comissão Especial, constituída pela Portaria nº: 06/2019 de 25 de janeiro de 2019, que opinou pela regular tramitação da Proposta de Emenda nº: 001/2019, nos termos previstos no Regimento Interno. Ato contínuo foi realizado a leitura do parecer emitido pela CJLFFR – Comissão de Justiça, Legislação, Fiscalização, Finanças e Redação da Câmara Municipal, que emitiu parecer favorável ao prosseguimento do Projeto de Emenda ao Art. 75 da Lei Orgânica do Município de Virginópolis. Passando para a votação o Projeto de Emenda a Lei Orgânica Municipal foi aprovado em 2º (segundo) turno por 06 (seis) votos favoráveis e 02 (duas) abstenções dos Vereadores Giovanni Campos e Eduardo Nunes. Após solicitação, foi autorizado pelo plenário da Câmara a antecipação do item 5º da pauta que dispunha sobre uso da Tribuna Livre, palavra requerida pela Senhora Maria Conceição Fidelis, assunto: medida provisória 871/19. A Senhora Maria informou que sua presença nesta reunião ocorre a pedido do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Amilton Santos, oportunidade em que manifestou a preocupação dos Sindicatos rurais contra a reforma da previdência e a medida provisória nº: 871/19 que visa o enfraquecimento sindical, prejudicando sobremaneira os trabalhadores e os agricultores familiares mais humildes, requerendo apoio da Câmara Municipal no sentido de impedir a aprovação destas reformas. A Vereador Maria Ângela parabenizou a Senhora Maria Conceição pela iniciativa, ressaltando a importância de todos participarem do abaixo assinado que visa impedir a prosseguimento das reformas. O item 2º da pauta dispunha sobre a presença de servidor do Executivo visando prestar esclarecimentos sobre eventual dívida do Município de Virginópolis e a COPASA, após Requerimento de autoria da Vereadora Maria Ângela Coelho de Magalhães. Considerando a ausência de funcionário do Executivo nesta reunião, a Vereadora Maria Ângela demonstrou sua indignação e repúdio com o descaso da Prefeitura com a Câmara Municipal, que menosprezou os Vereadores, mesmo após o Prefeito ter afirmado em ofício protocolado nesta tarde que iria destinar servidor apto a tratar sobre o assunto COPASA. Na oportunidade a Vereadora informou que esteve reunida na sede da Prefeitura Municipal com os membros do comitê da bacia do Suaçuí, fundação renova, CIATT e PROGEN que irão apresentar projetos visando recuperar 20 nascentes no Córrego dos Ambrósios, nascentes estas que são responsáveis pelo abastecimento do Município de Virginópolis. O item 3º da pauta, convite realizado ao Prefeito de Virginópolis, Bobby Charles das Dores Leão visando prestar esclarecimentos sobre assuntos de interesse público. Pelo Assessor Jurídico da Casa foi realizado a leitura do Ofício de nº: 045/2019, protocolada na Câmara na data de hoje, tendo o Prefeito informado que não será possível comparecer em virtude de outros compromissos, e que possui equipe de profissionais habilitados para responder aos questionamentos apontados nos ofícios recebidos, indicando o assessor jurídico Diego Lima para comparecimento. Foi constatado a ausência do Prefeito e de qualquer outro servidor da Prefeitura, inclusive do Assessor Jurídico Diego Lima. O Presidente Alex disse que o não comparecimento do Prefeito mais uma vez demonstra o descaso não somente com a Câmara, mas com toda a população virginopolitana, pois diversos assuntos de extrema importância seriam tratados na presente reunião acaso o chefe do executivo tivesse comparecido ou destinado algum servidor. Foi lido o Ofício enviado ao Prefeito no dia 06/02/2019, oportunidade em que foi convidado a tratar sobre os seguintes

assuntos: esclarecimentos sobre despesas efetuadas na creche localizada na propriedade denominada CNEC, gratificações pagas a funcionários municipais, demissões, pagamentos e recomposição salarial de servidores ocorridas no ano de 2018, calçamento das vias públicas da zona urbana da cidade, notas fiscais referentes a pagamentos de alimentação efetuados para a cavalgada do ano de 2017, IPTU exercício 2019. Após solicitação do Presidente da Câmara, foi realizado pelo assessor jurídico Dr. Bruno Madeira a leitura do Ofício enviado pela secretária executiva do CNEC em Brasília, Senhora Gerfânia Damasceno, oportunidade em que relatou com detalhes a situação jurídica existente entre o CNEC e Município de Virginópolis, informando a existência de processo judicial nesta comarca visando reintegrar o CNEC na posse da fazenda que está sendo utilizada indevidamente e sem qualquer autorização pelo CNEC, reafirmando que o Decreto nº: 35/2017 editado pelo Prefeito visando a revogação da doação é arbitrário e não possui qualquer respaldo judicial, sendo violador do devido processo legal. O Presidente Alex informou que será encaminhado com urgência ao Ministério Público o ofício enviado pela CNEC, visando dessa forma preservar o patrimônio público municipal, haja vista que a prefeitura está utilizando dinheiro público em propriedade particular. O Vereador Giovani Campos ressaltou que em relação a CNEC acredita que a mesma jamais irá ganhar a causa na justiça, e que o povo não poder permitir que a CNEC de Brasília “tome” a CNEC do povo de Virginópolis, e que que não assinaria ofício sobre este assunto destinado ao ministério público, sendo contrário a este ato. O Vereador sugeriu ainda o envio de moção a CNEC informando que está a favor da Prefeitura e que Virginópolis não poderá correr o risco de perder a CNEC, não acreditando que o Prefeito iria cometer um erro tão grande em investir dinheiro público em imóvel privado sem amparo legal. Foi relatado que os Vereadores não são contra a CNEC, mas sim da Prefeitura gastar dinheiro público sem a definição do processo. Pela Vereadora Maria Ângela dito foi que até a presente data não foram enviados pelo Executivo as notas de empenhos, apesar de devidamente requeridos, através de vários ofícios, não foram entregues, o que está impedindo o devido trabalho fiscalizatório da Câmara Municipal. O Vereador Giovani Campos ressaltou que em relação a CNEC acredita que a mesma jamais irá ganhar a causa na justiça, e que o povo não poder permitir que a CNEC de Brasília “tome” a CNEC do povo de Virginópolis, e que jamais assinaria ofício sobre este assunto destinado ao ministério público. O Vereador Eduardo Nunes disse que tanto a Câmara quanto a sociedade são favoráveis ao retorno da área do CNEC ao Município. O item 4º da pauta dispunha sobre a apreciação, discussão e votação da Indicação de nº: 02/2019 de Aatoria da Vereadora Maria Ângela Coelho de Magalhães, que nos termos do Art. 200 do Regimento Interno solicitou do Poder Executivo que proceda a realização de calçamento em frente a escola municipal Dona Helena localizada na Vila Santo Agostinho, Indicação que foi aprovada por 06 (seis) votos favoráveis e 01 (um) voto contrário do Vereador Eduardo Nunes. Os Vereadores Ed Carlos, Marcos Evangelista e Laudiceo José parabenizaram a colega pela excelente indicação apresentada, ressaltando que é dever dos Vereadores trabalharem em prol da população. Em seguida foi proferido a leitura da Indicação de nº: 03/2019 também de Aatoria da Vereadora Maria Ângela Coelho de Magalhães, que nos termos do Art. 200 do Regimento Interno solicitou que o executivo autorize a associação comunitária de Boa Vista para que proceda a construção de uma cerca de arame na área de plantação comunitária, Indicação que foi aprovada pela unanimidade dos Edis presentes. O 6º e último item da pauta, momento livre, oportunidade em que o Vereador Wesley solicitou envio de Ofício ao Executivo para que seja disponibilizado funcionário para trabalhar na confecção de carteira de identidade na Delegacia da Policia Civil, ou, acaso possível, que seja realizado o trabalho na própria sede da Prefeitura, o que foi aprovado. O Vereador Wesley manifestou ainda seu repúdio em relação ao aumento abusivo do IPTU neste ano de 2019, informando que não houve qualquer aviso prévio aos contribuintes, requerendo envio de novo Ofício ao Prefeito para que este informe quais critérios legais utilizou para majorar o IPTU, requerimento que foi aprovado por 05 (cinco) votos favoráveis e 01 (uma) abstenção do Vereador Eduardo Nunes. A Vereadora Maria Ângela Coelho de Magalhães convidou a todos para comparecem no dia 07 de março no sindicato dos trabalhadores rurais para debaterem sobre políticas públicas para as mulheres. O Vereador Alex

relatou a situação precária que se encontra o senhor “IÉ”, afirmando que existe a Lei nº: 1717/2018 aprovada pela Câmara que possibilita ao executivo proceder a doação de materiais de construção, ajuda e assistência à pessoas necessitadas, dependendo apenas de sua vontade. O Presidente da Câmara relatou a existência de diversas falhas nos processos licitatórios na Prefeitura de Virginópolis, explicando que a função dos vereadores é fiscalizar e impugnar os editais que se encontrem errados. O Vereador Eduardo Nunes solicitou ao Executivo que proceda a manutenção nos aparelhos de ginástica instalados nas praças públicas da cidade, bem como realizar a instalação de cobertura, o que foi aprovado. Nada mais havendo a constar, o Presidente declarou em nome de Deus encerrada a reunião, devendo esta ata, após lida, acaso aprovada, será assinada, secretária *ad’hoc* Marcia Martins de Almeida.

Alex Batista Coelho
Presidente

Ed’Carlos Gomes da Silva

Marcos Evangelista Filho

Laudicéo José de Oliveira

Eduardo Nunes Gonçalves

Giovanni Campos Coelho

Maria Ângela C. de Magalhães

Wesley Maurício de Souza